

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às 09h 20min no Auditório Pantanal/SEMA, ocorreu a 13ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Informes; Aprovação da ATA da 12ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Apresentação das atribuições e atividades já realizadas pelo CEHIDRO; Definição do Andamento e Membros das Câmaras Técnicas instituídas; Indicação de um membro titular e um suplente para representar o CEHIDRO junto a Comissão Estadual do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico – ZSEE Estadual; Aprovação da Logomarca do CEHIDRO; Aprovação da Resolução nº 16, que trata da rede hidrológica básica; Apresentação da Proposta de Alteração do Decreto nº 6.822/2005; Aprovação da Moção nº 04, encaminhada ao Presidente do CEHIDRO solicitando a sua participação efetiva nas reuniões deste Conselho; Apresentação sobre a Degradação em cabeceiras de rios com potencial energético pelo conselheiro Décio Elói Siebert; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO o Senhor Luiz Henrique Magalhães Noquelli, que registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Lenir da Silva Moraes, representante da SINFRÁ; Sr. Luiz Gonzaga Toledo, representante da SEPLAN; Sr. Valquim Félix da Silva, representante da SEDER; Sra. Noraney Nascimento de Almeida, representante da SES; Sra. Terezinha Cintra Paes de Barros, representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sr. Alexandre Silveira, representante da UFMT; Sra. Cinthia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sra. Vânia Tarcila Borges, representante da SANECAP; Sr. Wilmar José Franzner e Sra. Ribenildes Carla Gomes e Souza, representantes da FIENT; Sr. Caetano Henrique Grossi, representante das Usinas Itamarati; Sr. Décio Elói Siebert e Sr. Fábio de Souza e Castro, representantes do IPAC; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante do COORIMBATÁ; Sr. Elói Antônio Brandão, representante da ARPCA; Sr. Ciro Gomes de Freitas, representante da RAEONG's; Sra. Valquíria de Carvalho Azevedo, representante do IMADEA. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando aos conselheiros qual seria a pauta da 13ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, informando também que toda a parte relacionada a Recursos Hídricos dentro da SEMA foi designada para o Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental, Sr. Salatiel Alves de Araújo, que se comprometeu a participar das reuniões do CEHIDRO mas que infelizmente hoje não poderá participar por estar doente. Em seguida o Secretário Executivo colocou em

35 votação a Ata da 12ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, ao que a conselheira Ribenildes  
36 Carla colocou que a mesma não foi enviada por e-mail para os conselheiros juntamente  
37 com os demais arquivos e solicitando que a mesma fosse enviada. A sra. Sibelle Jakobi,  
38 Analista de Meio Ambiente da SEMA, se desculpou pelo equívoco no envio dos arquivos e  
39 questionou aos conselheiros se eles gostariam de receber a ata e aprová-la na próxima  
40 reunião, ao que foi respondido pela conselheira Ribenildes Carla que a mesma poderia  
41 ser aprovada mas que necessita da mesma para arquivo, ao que todos concordaram,  
42 ficando aprovada a Ata da 12ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. Em seguida o Secretário  
43 Executivo colocou que uma afirmação feita na última reunião e que consta na ata da  
44 mesma precisa ser esclarecido aos membros, especialmente aos conselheiros que  
45 ingressarão neste biênio. Em seguida o mesmo leu o trecho da ata anterior: “A  
46 conselheira Valquíria de Azevedo questionou o secretário executivo se o recurso  
47 destinado aos recursos hídricos se incorpora ao FEMAM, ao que o secretário executivo  
48 respondeu positivamente. A conselheira ponderou em seguida que anteriormente existia o  
49 FEHIDRO e que existia um conselho que acompanhava a aplicação dos recursos,  
50 entretanto hoje em dia quem controla isso é somente o Secretário e o Diretor do FEMAM,  
51 informação que a secretaria executiva ficou responsável por verificar.”, ponderando ao  
52 final da leitura que o FEHIDRO nunca chegou a ser implementado e que portanto não  
53 existiu em nenhum momento um conselho que gerisse a aplicação dos recursos deste  
54 Fundo . A conselheira Alessandra Panizi colocou que existem dois tipos de compensação,  
55 a compensação ambiental, que são os casos em que houve um desmatamento além do  
56 permitido pela legislação ambiental o qual foi realizado antes do ano de 1998 cujos  
57 recursos são encaminhados exclusivamente para a regularização fundiária de unidades  
58 de conservação, e a compensação financeira, que é proveniente da utilização dos  
59 recursos naturais, entre eles os recursos hídricos, cujos recursos por definição em Lei são  
60 direcionados 50% para a SICME e 50% para a SEMA. O secretário executivo em seguida  
61 ponderou que levantou esta questão somente para esclarecer a questão, evitando que  
62 fiquem dúvidas quanto a ela. Em seguida o Secretário Executivo fez uma breve  
63 apresentação colocando aos conselheiros as atribuições do CEHIDRO com uma  
64 retrospectiva das resoluções já aprovadas e destacando a importância deste Conselho  
65 de forma a ambientar os representantes empossados na última reunião e que atuam pela  
66 primeira vez no Conselho. Finda a apresentação, a conselheira Alessandra Panizi  
67 questionou ao Secretário Executivo a qual Secretaria Adjunta a Superintendência de  
68 Recursos Hídricos ficou vinculada na nova estruturação, sendo respondida que a mesma

69 está vinculada ao Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental. Explicou em seguida que  
70 foi feita uma reestruturação na SEMA, na qual a SURH conta com 2 coordenadorias: a  
71 Coordenadoria de Ordenamento Hídrico que conta com a Gerência de Fomento e Apoio a  
72 criação de Comitês de Bacia Hidrográfica e a Coordenadoria de Controle de Recursos  
73 hídricos que engloba a Gerência de Outorga. Ponderou que com esta estruturação o  
74 licenciamento de poços e projetos de irrigação foi redirecionado para a SUIMIS, o que era  
75 um anseio antigo da SURH para que esta pudesse se dedicar a implementação da gestão  
76 de recursos hídricos e seus instrumentos. Colocou ainda que a Gerência de Qualidade da  
77 Água, que respondia pelo Laboratório, se tornou a Coordenadoria de Monitoramento da  
78 Qualidade Ambiental a qual possui a Gerência de Laboratórios e Ensaios, mas que esta  
79 coordenadoria não está mais vinculada a SURH e sim vinculada a Superintendência de  
80 Monitoramento de Indicadores Ambientais, mas que isso não representa uma perda para  
81 a gestão dos recursos hídricos pois o laboratório ainda terá como principal foco o  
82 monitoramento dos mesmos e que desta forma ficará mais fácil ao laboratório atender a  
83 demandas da SEMA como um todo. A conselheira Josita Priante questionou ao Secretário  
84 Executivo como o Conselho toma conhecimento das necessidades locais e das  
85 demandas sobre as quais vai deliberar, sendo respondida que é uma função da  
86 Secretaria Executiva procurar conhecer estas demandas, mas os conselheiros também  
87 apresentam muitas ao CEHIDRO, ao que a conselheira questionou o que ocorre se os  
88 conselheiros não souberem destas demandas, ao que o Secretário Executivo respondeu  
89 que a população pode entrar em contato diretamente com a Secretaria Executiva, através  
90 de e-mail ou telefone, para informar suas necessidades, sendo complementado pela Sra.  
91 Sibelle Jakobi que o Conselho é composto por membros do governo e representantes da  
92 sociedade e que estes representantes da sociedade devem atuar junto aos seus  
93 representados para tomar conhecimento das necessidades e anseios do mesmo e assim  
94 levá-la ao Conselho para discussão. Ponderou ainda que a SURH, como Secretaria  
95 Executiva, está se estruturando para fazer a divulgação do CEHIDRO junto a população,  
96 de forma a possibilitar as pessoas o conhecimento do que e como levar ao Conselho suas  
97 demandas locais. O Secretário Executivo colocou também que no Estado existem dois  
98 conselhos ligados a SEMA e que a demanda do CEHIDRO é identificada da mesma  
99 forma com que é identificada no CONSEMA. Ponderou também que na estruturação  
100 conseguimos igualar os dois conselhos, entretanto o CONSEMA é um conselho mais forte  
101 por ter mais tempo de atuação e mais visibilidade e que por isso ainda temos algumas  
102 diferenças, como os conselheiros do CONSEMA receberem diárias e passagens para

103 representar o Conselho e os conselheiros do CEHIDRO não terem esta possibilidade  
104 Colocou também que a fonte 109 que faz parte do FEMAM é oriunda da compensação  
105 financeira pela geração de energia elétrica e quem tem acesso as fontes que integram o  
106 FEMAM é o CONSEMA. Pela Lei 6.945/97 o CEHIDRO pode ter acesso aos recursos  
107 advindos da cobrança do uso dos recursos hídricos, entretanto estes deveriam fazer parte  
108 do FEHIDRO, o qual foi extinto com a criação da SEMA. A conselheira Valquiria Azevedo  
109 solicitou que o Secretário Executivo falasse mais sobre o Fundo, ao que o Secretario  
110 Executivo colocou que o FEHIDRO foi criado pela Lei 6.945 e que quando o mesmo foi  
111 extinto, na transição de FEMA para SEMA, ficou somente o FEMAM, para onde todos os  
112 recursos são destinados e que somente o CONSEMA pode deliberar. A conselheira  
113 Valquiria Azevedo então colocou que quando se teve a reestruturação do FUNDER e o  
114 mesmo virou FEMAM a participação da sociedade civil e do Ministério Público foi retirada.  
115 Em seguida o Secretário Executivo informou aos conselheiros que durante a eleição dos  
116 representantes de organizações não governamentais e usuários de água para o 3º Biênio  
117 as questões referentes as diárias e a decisão sobre os recursos da compensação  
118 financeira de geração de energia foram colocadas ao Dr. Jenz Prochnow Júnior,  
119 Procurador do Estado e com o Dr. Gerson Natalício Barbosa, Promotor de Justiça do  
120 Estado, que participavam da Comissão Julgadora, e que os mesmos sugeriram que fosse  
121 feita em conjunto uma minuta de um novo Decreto para ser enviado ao Governador e eles  
122 apoiariam a publicação do mesmo. Tendo dito isso o Secretário Executivo leu que as  
123 principais alterações da minuta em relação ao Decreto nº 6.822/2005 acordadas com o  
124 Dr. Jenz e Dr. Gerson na referida reunião: Alteração do formato da eleição das  
125 organizações não governamentais e usuários de água, aproximando a mesma com o  
126 formato utilizado pelo CONSEMA (sugestão do Dr. Gerson e Dr. Jenz); Troca do órgão  
127 convidado ANA pelo DNPM (sugestão do corpo técnico da SEMA); Ajuste para que os  
128 conselheiros de órgão convidados e de entidades não governamentais e usuários de água  
129 possam receber diárias e passagens quando forem designados a representar o CEHIDRO  
130 (sugestão do corpo técnico da SEMA); Possibilidade do CEHIDRO criar/aprovar projetos e  
131 encaminhar ao CONSEMA para utilização do recurso de compensação ambiental de  
132 geração de energia (sugestão do Dr. Gerson e Dr. Jenz). Após a leitura das alterações, o  
133 conselheiro Alexandre Silveira colocou que em outros estados o FEHIDRO não gerencia  
134 apenas recursos provenientes da cobrança e sim oriundos da compensação ambiental,  
135 complementando que a possibilidade do CEHIDRO aprovar os projetos e encaminhá-los  
136 aos CONSEMA é indicada neste caso como forma, sendo colocado pelo Secretário

137 Executivo que em outros estados realmente a compensação financeira integra o  
138 FEHIDRO, no caso de Mato Grosso 50% deste recurso vem para a SEMA entretanto  
139 dentro da Secretaria não está definido onde o recurso será aplicado. Complementou  
140 colocando que durante a discussão com o Dr. Gerson e Dr. Jenz foi levantada a questão  
141 da recriação do FEHIDRO durante a revisão do arcabouço legal que está previsto na  
142 consultoria para outorga, já que a mesma tem que ser feita através de Lei, já que foi  
143 extinto por uma, e esta alteração que permite ao CEHIDRO aprovar projetos e enviar ao  
144 CONSEMA foi uma forma do CEHIDRO determinar a aplicação deste recurso. A  
145 conselheira Valquiria Azevedo questionou onde está escrito que o CEHIDRO tem que se  
146 submeter ao CONSEMA, complementando que o CONSEMA não gerencia os recursos,  
147 de forma que deve ser encaminhado ao Secretário para que seja liberada a verba para os  
148 projetos. A conselheira Alessandra Panizi colocou que durante a revisão do Código  
149 Ambiental do Estado queriam retirar o CEHIDRO e que o mesmo só conseguiu ter uma  
150 representação indiretamente nesta discussão, pois não teve vaga junto à comissão,  
151 complementando que se o Secretário Adjunto participar pode ser mais um nesta luta pela  
152 valorização do CEHIDRO. Colocou ainda que concorda com o conselheiro Alexandre  
153 Silveira e com a conselheira Valquíria Azevedo, mas que hoje na legislação o CONSEMA  
154 terá que aprovar os balancetes do FEMAM, tendo assim poder de decisão e que o  
155 CEHIDRO aprovar os projetos e encaminhar ao mesmo é uma forma de fortalecer o  
156 CEHIDRO. O conselheiro Ciro de Freitas colocou que este assunto é extremamente sério  
157 e que o CEHIDRO não pode ser um Conselho somente técnico-político, mas tem que ter  
158 autonomia para tomar decisões financeiras, complementando que temos que lutar para  
159 participar e decidir sim para que o Conselho de sua contribuição e caso o CONSEMA não  
160 faça, temos que fiscalizar a utilização destes recursos. A conselheira Valquiria de  
161 Azevedo colocou que retiraram a sociedade civil da discussão e que isso tem que ser  
162 questionado, sendo respondida pelo conselheiro Ciro de Freitas que no Conselho somos  
163 a sociedade civil e temos o dever de questionar a aplicação dos recursos. O conselheiro  
164 Luiz Gonzaga questionou ao Secretário Executivo se os 50% da SEMA não tem  
165 destinação certa e se não é possível ter uma lei que destine sua aplicação, sendo  
166 respondido que a aplicação não é definida e que a intenção da alteração no Decreto é  
167 justamente que possamos subir um degrau na gestão dos recursos proveniente da  
168 compensação financeira. O conselheiro Luiz Gonzaga questionou a conselheira  
169 Alessandra Panizi se tem que partir do Legislativo a alteração da lei, sendo respondido  
170 que parte pode partir do legislativo, mas não pode gerar despesa para o executivo, caso

171 vá gerar despesa deve partir do próprio executivo, ao que o conselheiro Luiz Gonzaga  
172 ponderou que é até melhor que não gere despesa pois é mais fácil a negociação. A  
173 analista Sibelle Jakobi questionou a conselheira Alessandra Panizi se pode ser enviada a  
174 alteração direto pra Assembléia Legislativa, ao que foi respondida que é possível mas não  
175 é aconselhável por questões políticas, sendo melhor encaminhar ao governador para que  
176 o mesmo envie para a Assembléia. Complementou propondo que fosse feita um Projeto  
177 de Lei Complementar implantando novamente o FEHIDRO para ser encaminhada ao  
178 Secretário e por esta à Assembléia Legislativa. O conselheiro Décio Siebert ponderou que  
179 era exatamente isso que ele estava propondo, que sejam objetivos para que o  
180 CEHIDRO atinja a meta de gerir os recursos. A conselheira Alessandra Panizi ponderou  
181 que as alterações do Decreto não podem dificultar o Projeto de Lei Complementar,  
182 propondo que seja retirada a alteração do Decreto que trata da Possibilidade do  
183 CEHIDRO criar/aprovar projetos e encaminhar ao CONSEMA para utilização do recurso  
184 de compensação ambiental de geração de energia, o que foi posto em votação pelo  
185 Secretário Executivo e aprovado por unanimidade. Em seguida a conselheira Alessandra  
186 Panizi propôs que o projeto de Lei fosse feito em duas semanas e encaminhado aos  
187 conselheiros por e-mail, e os mesmos votem por e-mail se aprovam o mesmo ou não,  
188 questionando aos conselheiros quais entidade gostariam de participar da discussão, ao  
189 que prontificaram o Instituto Creatio e o IMADEA. O secretário Executivo sugeriu que a  
190 secretaria executiva fique responsável por elaborar o Projeto de Lei Complementar e  
191 encaminhar aos conselheiros por e-mail para que os mesmos enviem sugestões e votem  
192 sua aprovação, o que foi posto em votação e aprovado por todos. A conselheira Valquiria  
193 Azevedo solicitou ao Secretário Executivo que o próximo tema a ser discutido fosse a  
194 indicação de membro titular e suplente para representar o CEHIDRO junto a Comissão  
195 Estadual do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico – ZSEE Estadual, pois ela gostaria  
196 de participar e teria que se retirar da reunião. O Secretário Executivo atendendo a  
197 solicitação colocou aos conselheiros que foi criada a Comissão Estadual do Zoneamento  
198 Sócio-Econômico-Ecológico – ZSEE Estadual pelo Decreto nº 1.139 de 31 de janeiro de  
199 2008 e enviado pela SEPLAN um Ofício solicitando que a indicação dos Membros.  
200 Sugeriu em seguida que como titular fosse indicado o conselheiro Luiz Gonzaga uma vez  
201 que ele já trabalha na SEPLAN e que a conselheira Valquiria Azevedo, que demonstrou  
202 interesse, ficasse como suplente, o que foi aprovado. A conselheira Ribenildes Carla  
203 solicitou ao Secretário Executivo que fossem lidas as instituições que fazem parte da  
204 instituição, o que foi feito e em seguida foi colocado pela Analista Sibelle Jakobi que nesta

205 comissão o CEHIDRO, bem como o CONSEMA e outras instituição, tem direito a voz mas  
206 não tem direito a voto. O Secretário executivo passou em seguida para a discussão sobre  
207 a composição e andamento das Câmaras Técnicas instituídas, colocando que existem  
208 duas Câmaras Técnicas instituídas, a Câmara Técnica de barragens (CT Barragens) e a  
209 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CT  
210 PERH). Colocou que a CT Barragens está paralisada devido à elaboração do Novo  
211 Código Ambiental e que deve ser decidido se a mesma volta a atuar ou não.  
212 Complementou que no caso da CT PERH, ocorreu uma reunião em dezembro de 2007  
213 com os consultores do PERH onde foi aprovada pela CT PERH os cenários e a visão de  
214 futuro, entretanto existe o problema da ausência dos membros nas reuniões, ao que a  
215 conselheira Cinthia de Castro questionou quais as entidades realmente participam, sendo  
216 respondido pela Analista Sibelle Jakobi que participam efetivamente o FIEMT, a UNEMAT  
217 e a UFMT, ao que complementou que a SES demonstrou interesse em participar desta  
218 CT e o IPAC se prontificou a ceder a sua vaga por já participar da CT Barragens,  
219 colocando também que deve ser levado em consideração por quem se dispõe a participar  
220 que as reuniões são marcadas pelo MMA, não havendo portanto muita flexibilidade de  
221 datas e horários, ao que o Secretário Executivo colocou que só se prontifique a participar  
222 quem realmente pode. Foi aprovada a substituição do IPAC pela SES no CT PERH e o  
223 Secretário Executivo sugeriu que a lista com os integrantes de cada CT seria enviada por  
224 e-mail para os conselheiros, juntamente com o endereço eletrônico onde está disponível  
225 todos os relatórios da PERH para quem tiver interesse de acompanhar e dentro de certo  
226 tempo será marcada uma reunião da CT PERH para discutir o andamento do mesmo, o  
227 que foi aprovado por unanimidade. O Secretario Executivo então colocou aos  
228 conselheiros que o CNRH encaminhou ao Conselho a Moção n° 44, que recomenda a  
229 divulgação de informações básicas em páginas de rede mundial de computadores sobre  
230 os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, ao que informou que já está sendo  
231 providenciado e deverá aproximar a página do CEHIDRO da página do CNRH. Colocou  
232 ainda que foram confeccionados os certificados dos conselheiros que atuaram no Biênio  
233 2006/2007 e no Período 2003/2005 e que os mesmos poderão retirá-los após a reunião  
234 com a Analista Sibelle Jakobi. Informou também aos conselheiros que está sendo  
235 confeccionada a carteirinha do CEHIDRO para os conselheiros e que para isso é  
236 necessário que os conselheiros enviem foto digitalizada e os que ainda não enviaram  
237 seus dados, que enviem para o e-mail do Conselho até o dia 20 de março que é a data  
238 limite para o envio das carteirinhas para a gráfica, e após esta data serão confeccionadas

239 novas carteirinhas somente no mês de maio. O Secretário executivo solicitou também que  
240 as entidades Usinas Itamarati e RAEONG's, que ainda não encaminharam o ofício de  
241 indicação dos membros representá-los no CEHIDRO, que encaminhem o mesmo o mais  
242 rápido possível. Em seguida apresentou aos conselheiros a sugestão de logomarca para  
243 o CEHIDRO, ao que o conselheiro Luiz Gonzaga sugeriu que o nome fosse colocado  
244 dentro da bolha, ao que o conselheiro Alexandre Silveira sugeriu que fosse colocado na  
245 parte de baixo da gota e a conselheira Alessandra Panizi sugeriu que o brasão fosse  
246 reduzido. O Secretário Executivo colocou então em votação a logomarca, que foi  
247 aprovada com as alterações sugeridas. Em seguida o Secretario Executivo informou aos  
248 conselheiros que participou de uma reunião com a TNC onde foi apresentado o Projeto,  
249 em parceria com a IBM do Brasil para implantação de programa para suporte a decisão  
250 por bacia hidrográfica, no qual a Bacia do Rio São Lourenço, no Mato Grosso, será o  
251 segundo projeto a ser implementado, destacando que a TNC e a IBM do Brasil solicitaram  
252 o apoio do Governo de Mato Grosso para estes projetos. Informou ainda que também  
253 teve uma reunião com a WWF, a qual apresentou, em parceria com o HSBC, um projeto  
254 sobre Mudanças Climáticas onde o foco da discussão entre os participantes foram as  
255 nascentes do rio Paraguai e seus principais afluentes. Em seguida informou aos  
256 conselheiros que a ANA solicitou que fosse realizada uma reunião com o CEHIDRO para  
257 apresentar os cenários e o modelo de gestão do Plano Estratégico da Bacia Tocantins-  
258 Araguaia, no dia 03 de abril no período da tarde, a partir da 14h 30min, e lembrou que o  
259 Estado não entrou com recursos financeiros na elaboração deste plano, mas é  
260 interessante que o Estado participe da sua execução. A conselheira Alessandra Panizi  
261 questionou se esta reunião tem como ser uma Reunião Extraordinária do CEHIDRO, o  
262 que é aconselhável por facilitar aos membros a justificativa de ausência nos seus órgãos,  
263 o que foi colocado em votação pelo Secretário Executivo e aprovado. Continuando a  
264 pauta, o Secretário Executivo colocou que temos uma resolução que trata da Instituição  
265 da Rede Básica Hidrológica no Estado para ser apreciada pelo conselho entretanto antes  
266 o Gerente de Monitoramento Ambiental, a sr. Sérgio Figueiredo, iria fazer uma palestra  
267 explicativa sobre a resolução, passando em seguida a palavra o mesmo. O Sr. Sergio  
268 iniciou a palestra colocando que a ANA solicitou que fossem definidos padrões e locais  
269 para a instalação da Rede Básica, colocou que partiu-se das estações já existente,  
270 inclusive estações onde a ANA faz o monitoramento quantitativo, para se definir os locais,  
271 levando-se em consideração a acessibilidade, a representatividade na bacia, o uso e  
272 ocupação do solo e a proximidade com os centros urbanos, enfatizando ainda que a



273 intenção é que nestes pontos sejam feitas análises de qualidade e quantidade, pois em  
274 alguns dos pontos somente a análise qualitativa é realizada atualmente, a partir de uma  
275 parceria com a ANA, onde esta forneceria os dados quantitativos e a SEMA forneceria os  
276 dados qualitativos. Finda a apresentação o conselheiro Caetano Grossi sugeriu que fosse  
277 incluído o parâmetro Potássio e Óleos e Graxas no art. 4º, devido ao grande número de  
278 usinas existentes. Questionou ainda quanto aos parâmetros utilizados diferirem da  
279 Resolução CONAMA nº 357/2005, uma vez que ela é citada como referência e sugeriu  
280 que se utilizem os mesmos parâmetros para se facilitar uma comparação. O Sr. Sergio  
281 respondeu que foram listados os parâmetros que o laboratório da SEMA já realiza,  
282 enfatizando que a resolução permite que sejam alterados estes parâmetros se necessário  
283 futuramente. O Secretário Executivo ponderou que seria somente uma questão de  
284 nomenclatura, sendo colocado pelo conselheiro Caetano Grossi que no caso de  
285 realização de uma auditoria, o nome divergir do citado na Resolução CONAMA nº  
286 357/2005 seria considerado uma inconformidade. O Sr. Sergio Figueiredo colocou que a  
287 denominação de alguns parâmetros podem ser alteradas, mas para a realização de todos  
288 que a Resolução CONAMA nº 357/2005 prevê seria necessária a adequação do  
289 Laboratório e não existe previsão disto no momento. O conselheiro Caetano Grossi  
290 questionou então se existe a possibilidade de ser feito um convênio com um laboratório  
291 privado para que sejam feitas as análises de óleos e graxas e de potássio, ao que o Sr.  
292 Sérgio Figueiredo respondeu que óleos e graxas são realizados em efluentes, mas a  
293 Resolução CONAMA nº 357/2005 não prevê este parâmetro para águas superficiais. O  
294 conselheiro Luiz Gonzaga sugeriu que estes padrões fossem feitos em alguns locais,  
295 sendo complementado pelo conselheiro Caetano Grossi que fosse feito a análise de  
296 Potássio onde existisse usinas, ao que o conselheiros Alexandre Silveira sugeriu que na  
297 redação do caput do art. 4º fosse colocado o termo “no mínimo”, de forma a que possa  
298 ser adequado às situações. A conselheira Edenir Sereigatto questionou quanto a falta de  
299 uso do solo na região, ao que foi respondida pelo Sr. Sérgio Figueiredo que nos relatórios  
300 os dados são analisados se levando em conta o uso e ocupação do solo e que o próprio  
301 estabelecimento dos pontos utiliza esse ponto como um critério. O conselheiro Caetano  
302 Grossi ponderou que o uso e ocupação do solo é discutido no caderno regional do PERH,  
303 ao que o Sr. Sérgio Figueiredo colocou que os relatórios são baseados nestes cadernos.  
304 O conselheiro Alexandre Silveira colocou que no contexto não é aconselhável se colocar  
305 o uso e ocupação do solo. Em seguida sugeriu que fosse alterado o termo “Rede  
306 Hidrológica Básica” para “Sistema de Informação Hidrológica” em todo o texto, mas

307 especialmente no Art. 2º, que sugeriu que ficasse com a redação “O Sistema de  
308 Informação Hidrológica consiste no monitoramento sistemático, contínuo e na divulgação  
309 de parâmetros qualitativos e quantitativos de estações de monitoramento localizadas em  
310 pontos representativos das principais sub-bacias do Estado, definidos pela rede  
311 hidrológica básica, conforme anexo 1 desta resolução.”, porque rede se limita aos pontos  
312 enquanto sistema envolve o monitoramento em si. O Sr. Sérgio Figueiredo colocou que o  
313 SIMLAM irá dispor de um mapa do Estado onde estarão plotados os pontos de  
314 monitoramento onde ao se clicar em um deles se terá acesso aos dados das ultimas  
315 análises realizadas naquele ponto. O conselheiro Alexandre Silveira sugeriu também que  
316 no item II do art. 4º se trocasse o termo “vazão” por “vazão líquida” e que fosse feito  
317 também a análise de descarga sólida, ao que o Sr. Sérgio Figueiredo colocou que o  
318 procedimento de análise de vazão é feito pela ANA e que o padrão realizado pelo  
319 Laboratório da SEMA não dá um dado real de descarga sólida, ao que o conselheiro  
320 Alexandre Silveira colocou que seria melhor não colocar este parâmetro neste momento.  
321 Sugeriu ainda que na tabela em anexo o nome da bacia fosse separado do nome do rio,  
322 de forma a igualar ao Hidroweb e facilitar a consulta. O Secretário Executivo colocou que  
323 o conselheiro Caetano Grossi havia sugerido que fosse feita a alteração da nomenclatura  
324 do art. 4º para se aproximar da Resolução CONAMA nº 357/2005 e o conselheiro  
325 Alexandre Silveira sugeriu que fosse acrescentado o termo “no mínimo”, ao que o mesmo  
326 complementou que sugere também o acréscimo do parágrafo único neste artigo com a  
327 redação “Outros parâmetros poderão ser monitorados de acordo com especificidades  
328 regionais.”. O conselheiro Fábio Castro questionou ao Sr. Sérgio Figueiredo qual será a  
329 periodicidade das coletas ao que foi respondido que na resolução consta que a coleta  
330 será realizada de seis em seis meses, mas o Laboratório busca realizá-las de três em três  
331 meses. O Secretário Executivo questionou aos conselheiros se eles aprovavam as  
332 alterações, que foram aprovadas, e questionou se os mesmos queriam que fossem feitas as  
333 alterações e durante a próxima reunião fosse aprovada esta resolução, ao que os  
334 conselheiros entraram em consenso que deveria ser votada já com as alterações. O  
335 secretário executivo então pôs em votação a Resolução nº 16, que trata da rede básica  
336 de monitoramento, que foi aprovada por unanimidade. Continuando com a pauta, o  
337 Secretário Executivo falou que foi feita uma moção dirigida ao Secretário de Estado do  
338 Meio Ambiente, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan, solicitando a presença do mesmo  
339 nas reuniões do CEHIDRO. O conselheiro Décio Siebert enfatizou que essa foi uma  
340 discussão da ultima reunião, onde inclusive as datas das reuniões foram alteradas para

341 que ele possa participar e que ele tem que assumir suas funções como Presidente do  
342 CEHIDRO. O Secretário Executivo colocou em votação a Moção nº 04, que solicita a  
343 presença Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Luis Henrique Chaves Daldegan,  
344 nas reuniões do CEHIDRO, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida o  
345 Secretário Executivo passou a palavra a conselheira Alessandra Panizi, que colocou que  
346 os drenos se constituem em um problema no Estado, pois existem vários e a SEMA não  
347 tem um procedimento para o licenciamento dos mesmo. Complementou que a  
348 competência para determinar os critérios e formas de fazê-lo são do CEHIDRO, sugerindo  
349 que este tema seja discutido, ao que o conselheiro Décio Siebert colocou que faria em  
350 seguida uma apresentação sobre a degradação em cabeceiras de rios com potencial  
351 energético e que sua sugestão é a criação de um grupo de trabalho para discutir a  
352 situação das bacias hidrográficas e este tema dos drenos pode ser incluído. Com isso, o  
353 Secretário Executivo passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert, o qual iniciou a sua  
354 apresentação mostrando imagens da região de cabeceira dos rios Jauru, Juba e Sapo,  
355 enfatizando os processos erosivos e de assoreamento existentes na região. O Secretário  
356 Executivo questionou quanto a participação dos proprietários, ao que o conselheiro Décio  
357 Siebert respondeu que o Grupo Brennandt está se dispondo a participar com eles para  
358 resolver este problema, complementando que a 1ª turma de Mestrado em recursos  
359 Hídricos da UFMT se predispôs também a auxilias na resolução deste problema.  
360 Continuou colocando que a idéia desta apresentação é que isso seja discutido e que se  
361 verifique o que pode ser feito, sugerindo ainda que seja criado um grupo de trabalho ou  
362 uma câmara técnica para discutir ações efetivas. O Secretário Executivo sugeriu que este  
363 tema entrasse na discussão da CT Barragens, ao que o conselheiro Décio Siebert  
364 ponderou que a mesma tem um foco muito específico, que é a criação de uma lei para  
365 regulamentar barragens no Estado. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu então que  
366 fosse criada uma Câmara Técnica de Programas, com o objetivo de discutir estas ações,  
367 apreciar projetos que serão apresentados a Plenária e até mesmo auxiliar os proprietários  
368 nas ações reparadoras. O conselheiro Fábio Castro colocou que é mais favorável a este  
369 tipo de atuação do que a atuação meramente punitiva, mas que se o Estado não possuir  
370 um projeto de reparação não será possível. O conselheiro Luiz Gonzaga colocou que este  
371 projeto existe no governo, que é o Zoneamento, mas o mesmo não saiu do papel. Agora  
372 com esta iniciativa do Decreto e da SEPLAN parece que ele sai do papel e que o mesmo  
373 visa regulamentar as atividades no estado, já que se o empreendedor quiser realizar uma  
374 atividade não aconselhável naquela região não é autorizado. A conselheira Alessandra

Panizi ponderou que este instrumento é teórico uma vez que não destinará recursos para a recuperação de voçorocas no Estado. A conselheira Josita Priante solicitou que o conselheiro Décio Siebert apresentasse estes dados no Conselho de Saúde, ao que ele se prontificou. O Secretário Executivo sugeriu que fosse feita uma proposta de Resolução criando a Câmara Técnica de Programas para ser apresentada na próxima reunião, destacando que uma idéia é envolver ONGs internacionais como TNC e WWF nestes projetos, o que foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 12h 26min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

\_\_\_\_\_  
**LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**  
Presidente do CEHIDRO

\_\_\_\_\_  
**LUIZ HENRIQUE M. NOQUELLI**  
Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 16/04/2008.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*